

pelo pesquisador, cuja pontuação máxima é de 21 pontos. Desenvolve-se em 25 sessões de 40' cada, com aplicação da técnica fisioterapêutica de Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva seguida de estratégias lúdico-simbólicas criando condições de execução de atividades de preensão. Utiliza-se durante seu desenvolvimento de instrumentos fisioterapêuticos de avaliação e da EETP para mensurar mudanças no desempenho. Analisa os dados quantitativamente pelo método quase-experimental e qualitativamente por meio das categorias propostas pelos estudos da Biomecânica da Preensão e da Teoria dos Sistemas Dinâmicos, buscando identificar as situações lúdicas simbólicas que contribuam para a facilitação, agilização e precisão dos esquemas de preensão. Resultados mostram melhora da eficácia motora de preensão das participantes. Considerando-se os resultados da EETP, observou-se que a participante G. evoluiu de 15 pontos ao início da pesquisa para 18 ao final. A participante S. obteve 13 pontos na primeira medição e evoluiu para 19 pontos ao final da pesquisa. A participante V., que se recusou a passar pelas provas, apresentou aumento do uso do seu membro superior parético. Não se observaram mudanças nas medidas de força muscular de preensão ao longo da pesquisa. Estes resultados fornecem evidências de que a associação da brincadeira simbólica ao tratamento fisioterapêutico é útil na reabilitação psicomotora da função de preensão em crianças portadoras de paralisia cerebral. Novas pesquisas com grupos maiores são necessárias para confirmar os resultados sugeridos por este estudo.

R059 Trabalho preventivo lúdico em motricidade junto ao bebê de creche

Vera Maria Barros de Oliveira (Universidade Metodista de São Paulo). Colaboradores: Denise Milani; Egon Felix Hadermann; Magali de Moraes Miguel; Daniella Lucato (Universidade Metodista de São Paulo)

Esta pesquisa verificou o efeito de um Trabalho Preventivo Lúdico de Motricidade junto a 12 bebês, de idade entre 4 e 14 meses, de uma creche particular em cidade de grande porte. Iniciou-se por observação exploratória do ambiente do berçário e Avaliação do Quociente de Desenvolvimento através da Escala de Brunet-Lézine. Com base nesta avaliação, desenvolveu a seguir trabalho preventivo de reformulação do ambiente, favorecendo a movimentação dos bebês, assim como de orientação às educadoras, no sentido de criarem condições para a autonomia motora das crianças. Após um semestre letivo, quatro meses, foi realizada a Segunda avaliação dos bebês. A seguir, foi desenvolvido o trabalho junto às crianças, seguindo a direção da evolução sensorio-motora, descrita por Piaget, através da descentralização e flexibilização das reações circulares, utilizando-se de estratégias lúdicas, em situações que contemplaram a complementaridade de movimentos opostos como abrir/fechar, descer/subir, em duas sessões semanais de 75' cada, sempre com dois pesquisadores, um intervindo, outro, registrando. Após mais quatro meses de trabalho reavaliou as crianças através da mesma escala. Os resultados obtidos evidenciaram uma alteração positiva de 6,26% no Quociente Geral de Desenvolvimento dos bebês, sendo que o QGD médio da 1ª avaliação foi de 110,80, o da

2ª, de 111,60, e o da 3ª, de 118,20, o que indica uma variação a mais de 0,71% da 1ª para a 2ª avaliação, e de 5,58% da 3ª para a 2ª. As áreas que obtiveram melhoria mais significativa foram a da Linguagem (13,47) e Coordenação Motora (11,25%), o que comprova a leitura piagetiana de que a coordenação dos esquemas sensorio-motores favorece a organização e manifestação dos verbais. A análise das brincadeiras grupais dos bebês, indicou uma complexidade crescente, evidenciando a importância da interação espontânea bebê-bebê, através da imitação e contra-imitação, da descoberta de novos meios para resolver problemas emergenciais, sem a interferência diretiva do adulto. Esta pesquisa permitiu também a sistematização de subsídios para a construção de uma proposta regular e efetiva de estimulação precoce lúdica em motricidade junto à criança de creche.

CASAL E FAMÍLIA: ESTUDOS PSICOSSOCIAIS E PSICOTERAPIA

Coordenação: TEREZINHA FÉRES-CARNEIRO

Adriana Wagner (PUC-RS)
 Andrea Seixas Magalhães (PUC-RJ)
 Bernardo Jablonski (PUC-RJ)
 Cilio Ziviani (UGF)
 Cristina Maria de S. Brito Dias (UNICAP)
 Gláucia Ribeiro Starling Diniz (UnB)
 Ileno Izidio da Costa (UnB)
 Isabel Cristina Gomes (USP)
 Júlia S.N. Ferro Bucher (UNIFOR)
 Lidia Levy (PUC-RJ)
 Maria Consuelo Passos (PUC-SP)
 Maria de Fátima Araújo (UNESP-Assis)
 Maria do Carmo C. Almeida Prado (UERJ)
 Maria Lúcia Rocha-Coutinho (UFRJ)
 Paulo Roberto Ceccarelli (PUC-MG)
 Roberta Carvalho Romagnoli (PUC-MG)
 Teresa Cristina O.C. Carreiro (UFF)
 Terezinha Féres-Carneiro (PUC-RJ)
 Vera Lúcia Decnop Coelho (UnB)

R060 Família e educação: aspectos relativos a diferentes gerações

Adriana Wagner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

A idéia de que as estratégias utilizadas na educação dos filhos mudou substancialmente ao longo das gerações, está amplamente difundida no senso comum. A fim de comparar as condutas educativas utilizadas entre duas gerações, investigamos 200 sujeitos, 100 pais e 100 mães de nível sócio-econômico médio, com filhos em idade escolar. Utilizou-se o questionário "Parent's Report", composto de 48 perguntas que avaliam numa escala Likert de cinco pontos (nunca, raramente, metade das vezes, freqüentemente, sempre) 16 categorias de condutas educativas, subdivididas em dois grupos: 8 condutas de comportamentos socialmente desejáveis e 8 de indesejáveis.

Os pais e mães responderam o instrumento de duas maneiras. A primeira como filhos, avaliando as estratégias educativas a que eles foram submetidos em sua família de origem. A segunda como pais, avaliando as estratégias educativas que eles utilizam com seus filhos na atualidade. Na comparação entre as duas gerações, tanto os pais quanto as mães, dizem que sofreram mais condutas socialmente indesejáveis na sua educação do que aquelas que hoje exercem sobre os seus filhos. De forma geral, avaliam significativamente de melhor maneira a educação que dão aos seus filhos do que aquela que receberam de seus pais na sua família de origem.

R061 Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação

Andréa Seixas Magalhães (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

No presente trabalho, destacamos a importância da compreensão do papel da transmissão psíquica familiar/geracional nas trocas intersubjetivas conjugais e familiares, assim como nos processos de subjetivação de modo mais amplo. A partir da literatura psicanalítica sobre transmissão da vida psíquica entre gerações (Baranes, 1993; Kães, 1993; Tisseron, 1996; Eguier, 1997; Benghozi, 2000; Granjon, 2000), discutimos a dupla exigência que engendra a subjetivação: absorver a herança familiar e transformá-la. Kães (1993), ao investigar a questão da herança em Freud, ressalta que a genealogia da psique ancora-se na experiência corporal e na experiência intersubjetiva. O desenvolvimento de pesquisas sobre a transmissão tem avançado nos últimos anos, principalmente a partir das investigações de Abraham e Torok, no início da década de setenta, enfatizando sobretudo as falhas na transmissão (encriptação, forclusão, rejeição). Buscamos articular idéias dos principais autores psicanalíticos de família e casal sobre a transmissão psíquica, acentuando a importância desse conceito na fundamentação e no desenvolvimento da metapsicologia psicanalítica familiar, enfatizando não somente as falhas na transmissão como também seus aspectos potenciais transformadores e criadores.

R062 Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências?

Bernardo Jablonski (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

A presente pesquisa soma-se a outras duas, realizadas respectivamente em 1986 e 1993 com universitários cariocas de diversas faculdades, públicas e particulares. Através de um mesmo questionário (com pequenas alterações) visamos sondar atitudes e expectativas dos respondentes acerca de suas visões pessoais sobre o casamento, a importância da emancipação feminina, religiosidade, relevância da sexualidade em seus diversos aspectos, avaliação da união dos pais e questões similares, além, é claro, de dados identificatórios (escolaridade, religião, sexo, idade, etc.). Com 500 respondentes, nossa amostra respondeu de forma bastante similar às das pesquisas anteriores, o que nos permite avançar nas suposições levantadas desde então. Assim, apesar da "crise do casamento", os jovens parecem

dispostos a se casar. Embora conscientes das dificuldades envolvidas, traduzidas pelo crescente número de divórcios, não parecem preocupados de antemão com a busca de soluções, parecendo acreditar que "com eles será diferente": Menos de 4% dos entrevistados não se imaginam casados com a mesma pessoa para sempre. Os mesmos resultados obtidos anteriormente, que apontavam para um número significativo de virgens do sexo feminino, repetiram-se agora – 25,8% da amostra (média de idade de 19,8 anos). Apesar de os meios de comunicação de massa refletirem uma imagem bastante liberada de nossa juventude, o que pudemos constatar é que esta imagem só em parte corresponde à realidade, dependendo do local de moradia e – é claro – da idade das respondentes. Ainda no quesito sexualidade, em que pese suas idéias igualitárias, pudemos observar em nossas amostras a permanência de uma "dupla moral", com distintas cobranças e/ou "liberdades", dependendo do sexo. Pensamos ter atestado igualmente o espírito de individualismo ora reinante através das respostas referentes à perda da liberdade e da privacidade como os principais aspectos ruins do casamento. A priorização da realização individual acima dos ditames normalmente exigidos pela vida em família faz prever o aumento de conflitos nas futuras uniões, caso os jovens mantenham tais expectativas de vida, ligadas ao elogio da autonomia e da satisfação pessoal. O medo da rotina e de suas conseqüências também foi bastante citado como grande desvantagem do casamento. No momento da feitura do presente resumo ainda estamos procedendo à análise das diferenças por gênero, uma vez que nos estudos anteriores, várias questões foram respondidas diferentemente por homens e mulheres.

R063 Sintaxe subjacente a atitudes e juízos entre cônjuges

Cílio Ziviani (Universidade Gama Filho)

São discutidos resultados de estudos sobre a relação entre cônjuges dentro da concepção teórica de que, na relação entre o cônjuge e o seu outro, há duas individualidades e uma conjugalidade. A análise simultânea de ambas as dimensões proporciona a possibilidade de se examinar o que a literatura aponta como a essência do casal. Essa identidade conjugal, essa interdependência entre os membros do casal, são traduzidas pela natureza da intersubjetividade que deveria existir entre um indivíduo e o seu outro, na medida em que se reconheçam como cônjuges. Dentro dessa perspectiva teórica, a pesquisa prioriza a elaboração de conceitos que permitam a reescrita do dado empírico, de forma a conduzi-lo a possibilidades de significação por meio da exposição de sua sintaxe fundamental. Apresenta-se então a oportunidade da construção de uma psicologia da conjugalidade baseada nos resultados empíricos do jogo entre a contradição e a concordância (a) das atitudes do cônjuge denominado *Self* para com o seu outro, denominado *not-Self*, como por exemplo, "Sinto ciúmes de meu cônjuge", e (b) dos juízos do cônjuge denominado *Self* sobre o seu outro, *not-Self* ("Meu cônjuge sente ciúmes de mim"). A decomposição, em suas menores partes constituintes, dos coeficientes de correlação referentes ao contraste entre *Self* e *not-Self* em suas atitudes e juízos mútuos registrados em escala tipo Likert de cinco pontos (nunca, raramente, às vezes,

frequentemente, sempre) permite a identificação da qualidade positiva ou negativa da contribuição individual de cada cônjuge para a medida da *co-relação* entre ambos em quatro dimensões essenciais para a definição da natureza da relação intersubjetiva. Resultados da pesquisa realizada originalmente em Brasília (UnB, 127 casais) são comparados com resultados posteriores, obtidos com a aplicação (em andamento) de uma segunda versão do instrumento, com dados de casais do Ceará e do Rio de Janeiro.

R064 Avós que criam seus netos: circunstâncias e consequências

Cristina Maria de S. Brito Dias; Juliana Monteiro Costa; Verônica Alves Rangel (Universidade Católica de Pernambuco)

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar como os avós que criam seus netos se sentem e percebem esta situação. Especificamente foram investigadas as seguintes variáveis: motivos que levaram à criação do neto; de quem foi a iniciativa; sentimentos experimentados na ocasião; avaliação da criação; vantagens e dificuldades sentidas; avaliação da relação com o neto e com os pais do mesmo; diferenças sentidas entre ser pai (mãe) e avô (avó), bem como entre o neto que cria e os demais; continuidade da criação; contribuição dos filhos à criação do neto. Na primeira fase da pesquisa, foram entrevistados 19 avós (10 mulheres e 9 homens) que criavam, ao menos, um (a) neto (a). Após a análise das entrevistas e categorização das respostas por temas afins, foi montado um questionário de múltipla escolha contendo doze questões, além dos dados sócio-demográficos dos avós, filhos e netos. Este questionário foi aplicado a 62 avós (32 mulheres e 30 homens). Os dados foram tratados em forma de frequência, percentual e qui-quadrado, com a finalidade de verificar as diferenças entre os sexos. Os resultados que apresentaram diferenças significativas, a favor das avós, foram os seguintes: experimentaram o sentimento de tristeza por ocasião da decisão de criarem o neto, devido às circunstâncias que cercam tal ato (separação dos pais, gravidez na adolescência, entre outros); sua avaliação do relacionamento com o (a) neto (a) foi considerada melhor do que com a mãe; elas também consideraram cansativo exercerem os dois papéis (avó e mãe). O único resultado que foi significativo para os avós foi considerarem a criação do (a) neto (a) como normal. Conclui-se que a situação de criar um neto é permeada de ambivalência, por parte de ambos os sexos, e que as avós sentem-se mais sobrecarregadas porque é sobre elas que recaem, de forma mais intensa, os cuidados com o (a) neto (a).

R065 Antes mal acompanhada do que só? Dimensões da vida conjugal e familiar na perspectiva da mulher de baixa-renda

Gláucia Ribeiro Starling Diniz; Vera Lúcia Decnop Coelho (Universidade de Brasília)

A família, tanto nuclear quanto de origem, é referência fundamental. É no contexto das relações familiares que construímos nossa visão do mundo e de quem somos. Quando pensamos na família, o fazemos de forma idealizada

e romântica. Esquecemos que ela é nó, além de ninho. As denúncias que apontam a família como *locus* de origem de muitas formas de violência são bons exemplos dos nós da vida familiar. Mas a família também é ninho: esperamos que constitua nossa rede fundamental de apoio e proteção. Ao longo do tempo mitificamos *uma* forma de ser família, esquecendo que a estrutura e a organização familiares são produto de processos sociais, econômicos, políticos, e culturais. Assim, cada momento da história humana produziu várias modalidades de família. Buscaremos na história do Brasil, da colonização até a atualidade, elementos para entender a formação das famílias brasileiras, sobretudo daquelas famílias chamadas de baixa renda. Entendemos ser fundamental examinarmos as heranças culturais que vão delimitar características, valores, dinâmicas e estruturas que organizam a vida conjugal e familiar em contextos de pobreza e exclusão social. Essa contextualização histórica, social e cultural constituirá a ancoragem para apresentarmos a visão de mulheres de baixa renda sobre sua história de vida conjugal e familiar. Essas mulheres são participantes de um projeto de pesquisa-ação desenvolvido numa cidade satélite do Distrito Federal. Todas elas têm muito a dizer sobre "nós e ninhos". Dar visibilidade às experiências conjugais e familiares dessas mulheres serve a muitos propósitos. Primeiro, é uma forma de expor os mitos, estereótipos negativos e preconceitos que rondam as famílias de baixa renda. Tudo isso é a base que sustenta relações sociais assimétricas, desiguais e injustas. Em segundo lugar é um modo de refletir sobre a multiplicidade de formas de ser família brasileira. Da casa grande e da senzala dos livros de Gilberto Freire, aos dias de hoje, as famílias brasileiras sofreram profundas transformações. Torna-se mister conhecê-las. Outra intenção fundamental é contribuir para o resgate da estima pessoal e social dessas mulheres e de suas famílias, apontando os aspectos positivos das dinâmicas conjugais e familiares presentes em contextos de baixa renda. Pretendemos apontar de forma crítica os desafios com os quais essas famílias se deparam para sobreviver. Sabemos que parte desses desafios está diretamente relacionada a dificuldades sociais e econômicas que elas encontram. Queremos mostrar as estratégias que são utilizadas para o enfrentamento dessa realidade adversa. O Brasil é um país de dimensões continentais e temos consciência de que a experiência de baixa renda na periferia de grandes cidades é distinta daquela vivida em zonas rurais ou em pequenos aglomerados urbanos. Todavia, essa diversidade não pode constituir uma desculpa para não investigarmos nossas realidades familiares. Ao transitarmos do macro para o micro contexto, da ação para a pesquisa, e vice-versa, pretendemos, por último, valorizar uma forma de construção de conhecimento comprometida com a transformação social.

R066 Uma crítica epistemológica da clínica e da pesquisa familiar da esquizofrenia

Ireno Izídio Costa (Universidade de Brasília)

Atribui-se à psicanalista Frida Fromm-Reichman (1948) o interesse clínico e teórico inicial pelas raízes familiares da esquizofrenia, particularmente no artigo em que descreveu a "mãe esquizofrenogênica". Em 1956, Bateson, Jackson,

Haley, e Weakland publicaram o clássico estudo "*Toward a theory of schizophrenia*" onde lançaram o conceito de Duplo Vínculo. Dois anos depois, Lidz, Cornelison, Terry, e Fleck (1958) descreveram as famílias esquizofrênicas em termos de transmissão de irracionalidade, e Wynne, Ryckoff, Day, e Hirsch (1958) as descreveram em termos de pseudomutualidade. Esta especificação evidencia a diferença entre as epistemologias que consideram o indivíduo e as teorias familiares de psicopatologia (Dell, 1980), ou seja, a diferença entre as teorias familiares da Primeira Cibernética e as da Segunda Cibernética. Estas também podem ser divididas em três grupos: sobre a desordem de pensamento em pais de esquizofrênicos; sobre a desordem da comunicação familiar e sobre o Duplo Vínculo. Cinco explicações alternativas da relação causal também podem ser evidenciadas (Mishler, 1968; Mishler e Waxler, 1965): a explicação etiológica; a explicação responsiva; a explicação situacional, a explicação transacional e a explicação genética (Wender, Rosenthal, Kety, Schulsinger e Welner, 1974). Pode-se falar ainda de dois agrupamentos de estudos: tentativas para testar a hipótese etiológica e a série de estudos de Reiss (1971a, 1971b e 1971c). Outros teóricos, notadamente clínicos (Bowen, 1960, 1978; Haley, 1959; Laing, 1965; Schefflen, 1978; Searles, 1959; Palazzoli, 1998; Palazzoli, Boscolo, Cecchin e Prata, 1988; e Whitaker, 1978), descreveram as bases interacionais familiares da esquizofrenia. Estes clínicos geraram investigações clínicas e não pesquisas experimentais tradicionais. Uma crítica geral (Dell, 1980) aponta que há cinco aspectos que podem ser reforçados sobre o esforço para pesquisar as teorias familiares da esquizofrenia: 1) a maior parte da pesquisa é ingênua e epistemologicamente confusa, se não mal orientada, 2) nenhuma parte do padrão pode ser dualisticamente entendida como causando outra parte do padrão, 3) provavelmente as únicas pesquisas transacionais válidas são as conduzidas por Singer e Wynne e por Reiss, 4) a hipótese do duplo-vínculo é a mais confusa entre elas, e 5) a hipótese transacional pode não ser testável fora do contexto clínico, o que aponta para a complexidade do padrão que impede o reducionismo, muitas vezes sinônimo de método experimental. Um padrão não pode ser examinado pela aproximação tradicional de segurar todos os fatores constantes exceto a variável que está sendo investigada. A auto-recursividade do campo do padrão de interação frustra a tentativa de prover tal controle experimental, mudando imediatamente o mesmo padrão daquele que está sendo investigado. Urge retomar tais pesquisas baseadas em novos paradigmas emergidos das áreas de família, psicopatologia, psicoterapia e filosofia, superando-se conceitos iniciais, em especial através de sua crítica analítica (Filosofia da Linguagem).

R067 A formação clínica do estagiário de Psicologia em atendimento a casais e famílias, na abordagem psicanalítica

Isabel Cristina Gomes (Universidade de São Paulo)

Venho há alguns anos desenvolvendo um projeto de pesquisa na clínica-escola do IPUSP (Gomes, 1998, 2001) que envolve atendimento a casais e famílias, na abordagem psicanalítica; bem como, oferece a oportunidade aos alunos do último ano da Graduação em Psicologia terem uma experiência prática

nessa área de atendimento, o que vem a contribuir com a formação clínica deles. Os alunos são supervisionados a cada atendimento realizado, e é oferecido o embasamento teórico necessário através de leituras e discussões no grupo de supervisão do qual fazem parte os estagiários da pesquisa e a coordenadora do projeto. No geral, são aceitos apenas alunos com Bolsa de pesquisa. Até o momento recebemos Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e Bolsa Trabalho (COSEAS/USP). Esse artigo tem como objetivo principal refletir sobre essa proposta de estágio, tal qual vem sendo realizada, tendo-se como base outras experiências e estudos sobre o uso desse recurso pedagógico chamado Supervisão. A formação clínica do estagiário ou do profissional em Psicologia Clínica, especificamente aqueles que escolhem a carreira de psicoterapeutas ou psicanalistas, passa por vivenciar essa relação aluno/supervisor ou grupo de supervisão, que iremos descrever e analisar aqui. Partiremos de uma prática bem estabelecida, que é a Supervisão realizada dentro das instituições acadêmicas de ensino e pesquisa e a dos cursos de formação, em especial o Instituto de Psicanálise da SBPSP, que vem discutindo profundamente essa questão. Complementaremos com a nossa própria visão, onde tentamos associar alguns conceitos do referencial Winnicottiano, como ambiente suficientemente bom, espaço potencial e transicionalidade, na condução desses grupos de supervisão. Os resultados atingidos até o momento, demonstram claramente o envolvimento, crescimento e amadurecimento do estagiário, que vai se refletindo na sua própria participação nas supervisões e, fundamentalmente, ao longo do processo de atendimento do (s) caso (s).

R068 Interação conjugal à luz das teorias psicanalíticas e sistêmicas

Julia S.N. Ferro Bucher (Universidade de Fortaleza)

O casal, base fundamental para a constituição de uma família, se apresenta com uma estrutura formada por um vínculo entre duas pessoas a partir do momento em que estabelecem o compromisso de fundar uma relação estável em toda sua plenitude (relação de aliança), caracterizada por uma intimidade, cumplicidade e companheirismo, e compartilhando um projeto de vida comum. Inúmeros são os estudos acerca do casal indicando a complexidade deste tipo de interação humana. Dentre eles, destacamos a contribuição de Philippe Cailié ao observar que um casal não é a soma de dois indivíduos, mas pressupõe a idéia singular na qual os cônjuges reconhecem sua "conjugalidade". Cailié denomina esse fenômeno de "absoluto relacional" ou o "*plus-um*" da relação, que ele resume através da fórmula aritmética de que um casal pode ser definido como sendo "*um et un font trois*" - os dois cônjuges e seu "absoluto de casal". Identifica, também, a possibilidade de modificação dessa equação de base para "*um et un font um*" quando estamos diante de um estado fusional entre os cônjuges, ou ainda "*um et un font quatre*" quando se introduz um rival na relação. Essa percepção do casal nos leva a idéia da formação do vínculo conjugal através do trabalho psíquico exigido pelo encontro de duas subjetividades. É neste contexto que procuramos analisar as seis correlações que representam a magnitude do trabalho da estruturação do vínculo desenvolvido por Kaës. Percorremos os fatores constitutivos

da interação conjugal ou da "conjugalidade" na ótica dos espaços ocupados pelo casal enquanto tal e enquanto pessoas, sujeitos ou indivíduos que são. Analisamos o espaço intra-subjetivo à luz dos estudos psicanalíticos, assim como o espaço intersubjetivo e transubjetivo sob as óticas psicanalítica e sistêmica em articulação com a estruturação do vínculo conjugal. A crescente identificação de vínculos conjugais violentos, abusivos e fora da lei vem dessacralizando o casal como matriz de identidade da família e apontando para uma complexidade crescente dessa realidade. Reflexões elaboradas acerca desses conteúdos e das metodologias para abordá-los serão apresentadas neste trabalho.

R069 Adoção por casais / Adoção por mulheres: um estudo comparativo

Lídia Levy (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Até recentemente, a "ausência paterna" costumava ser apontada por agentes institucionais como uma das principais causas da desestruturação familiar. Diante da realidade de uma população, onde cada vez mais a mulher é a provedora do lar, arcando sozinha com a educação dos filhos, a figura paterna praticamente inexistente era com frequência a explicação rapidamente encontrada para justificar a problemática emocional de uma criança ou adolescente. Em contraposição, encontrávamos no discurso de mulheres que adotavam sozinhas uma criança a certeza de inexistirem garantias de que esta seria mais feliz e equilibrada emocionalmente, vivendo numa família constituída por pai e mãe. A idéia de que uma família monoparental pode propiciar referências estáveis, tanto quanto uma família tradicional, ganha força e encontra apoio no "Estatuto da Criança e do Adolescente" promulgado em 1990, que reconhece o direito à adoção por pessoas solteiras. Da mesma forma que crescem o número de famílias compostas por mãe e filhos adotivos e o número de mulheres que cuidam sozinhas de seus filhos biológicos, aumenta também o número de homens divorciados que demandam a guarda de seus filhos e a obtêm. Após pesquisarmos as motivações de requerentes em processos de adoção, iniciamos entrevistas de *follow up* com casais e com mulheres viúvas, solteiras e divorciadas que haviam adotado e estavam convivendo com a criança em período aproximado de um ano. No presente momento, faz-se necessário realizar um estudo comparativo das duas amostras, pois encontramos similaridades e diferenças muito marcantes entre elas. Diante da observação de algumas das dificuldades específicas das famílias monoparentais adotivas estudadas, parece-nos fundamental um aprofundamento do tema, visando a auxiliar a equipe de psicólogos da Divisão de Psicologia da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro na realização de um trabalho preventivo mais eficaz.

R070 Nem tudo que muda muda tudo: um estudo sobre funções da família hoje

Maria Consuelo Passos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Hoje, em toda parte, fala-se das metamorfoses que vêm sendo processadas na família. Estas metamorfoses geram, além de distintas interpretações, expectativas em relação

aos processos de subjetivação dos filhos. Além disso, acarretam muitas indagações acerca dos princípios que regem as funções das novas famílias. Na medida em que não existe um padrão hegemônico de família, é possível pensarmos que as mesmas funções operam em diferentes modalidades de família? Esta é a questão que fundamenta o desenvolvimento deste trabalho, que se propõe a examinar, a partir da Psicanálise, as funções do grupo familiar em três modelos distintos: aquele considerado tradicional, constituído por um casal heterossexual e três filhos; um outro monoparental, formado por uma mãe e um filho e um terceiro; e um homoparental, onde há um casal de homens e um filho. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado a partir de depoimentos sobre a história de vida de cada grupo familiar. São discutidas as posições/funções dos membros do grupo, os sentidos da parentalidade presentes no grupo, os princípios de autoridade-afeto instituídos na relação pais-filhos, o processo de identificação nesta mesma relação e, sobretudo, as repercussões de tudo isto no processo de subjetivação dos filhos. Estes princípios se revelaram fundamentos das diferentes configurações de grupo familiar, no entanto, cada uma delas tem formas muito particulares de operar os mesmos. Assim, parece que os princípios se mantêm, gerando, entretanto, novas formas e sentidos.

R071 A difícil arte da convivência conjugal: a dialética do amor e da violência

Maria de Fátima Araújo (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Assis)

Este trabalho reúne reflexões desenvolvidas a partir de pesquisa-intervenção sobre violência conjugal. Baseia-se no atendimento a mulheres, homens e casais que, vivendo em situação de violência, buscam psicoterapia em função dos conflitos enfrentados cotidianamente na convivência conjugal marcada pela dialética do amor e da violência. Faces da mesma moeda, amor e violência se entrelaçam num paradoxal "jogo sem fim" que une e afasta os membros do casal, mantendo uma contínua tensão que, contraditoriamente, é a principal "liga" do vínculo conjugal. E nessa dinâmica se confundem diferentes expectativas projetadas no outro, mitos e crenças, construções sobre relações de gênero e valores sobre amor e paixão, casamento e família. O referencial teórico utilizado para análise é a perspectiva de gênero associada a uma compreensão psicanalítica da dinâmica conjugal.

R072 Obesidade mórbida: avaliação psicodiagnóstica e histórias de vida

Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

A obesidade passou a ser considerada doença crônica e já se tornou um problema de saúde pública. Multicausal, requer uma abordagem multiprofissional, cujos resultados nem sempre são animadores, já que o tratamento envolve muitos impasses, entre os quais incluem-se as dificuldades encontradas para a estabilização do peso após uma perda tida como satisfatória. O termo "obesidade mórbida" refere-se a pacientes com índice de massa corporal superior a 40 (IMC > 40) e decorre da alta taxa de mortalidade bem como

das diversas doenças associadas, tais como hipertensão arterial, diabetes mellitus, disfunções respiratórias, osteoartrite, varizes dos membros inferiores, colecistopatia, dermatopatia, infertilidade, além de desajustes psicossociais e dificuldades de locomoção e laborais. Questionamo-nos sobre quais fatores psíquicos possam estar envolvidos para que uma pessoa atinja a condição de obeso mórbido, sem conseguir deter este processo tão deletério, que pode levá-la à morte. Com base no estudo de oito pacientes obesos mórbidos, que nos foram encaminhados para avaliação psicodiagnóstica pelo Serviço de Nutrição de um Hospital Universitário Público, pretendemos explorar esses possíveis fatores. O processo psicodiagnóstico consistiu de entrevistas semi-dirigidas, da aplicação de testes – Pirâmides Coloridas de Pfister, Bender Viso-Motor, de Memória e Associativo, Questionário Desiderativo, HTPFA e Rorschach – e da devolução dos resultados, sendo o laudo encaminhado ao profissional solicitante. Neste trabalho, pretendemos expor a análise dos resultados desses protocolos, cotejando-a com a análise da história de vida desses pacientes.

R073 Variações sobre um antigo tema: a maternidade e a paternidade para mulheres com uma carreira profissional bem sucedida

Maria Lúcia Rocha-Coutinho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este projeto se insere em um estudo mais amplo que vem sendo por nós desenvolvido acerca da identidade de mulheres cariocas de classe média e suas relações com a família e o trabalho. Em nossas pesquisas estamos tomando a identidade, não como uma entidade fixa, imutável, mas, antes, como uma construção discursiva histórica e culturalmente situada. Neste sentido, uma série de mudanças ocorrida ao longo do século XX começou a alterar a identidade feminina, até então centrada nos seus papéis de mãe e esposa, tomando possível outras escolhas para as mulheres. Apesar disso, acreditamos que, no que diz respeito à mulher carioca contemporânea, uma das questões mais complexas, problemáticas e conflitantes continua a ser a maternidade. Parece que nossas crenças, ainda hoje, estão muito ligadas à idéia de que a unidade mãe-filho é básica, universal e psicologicamente mais apropriada tanto para o desenvolvimento sadio da criança quanto para a completude da mãe. A maternidade, entendida deste modo, entra em conflito com os outros aspectos importantes da vida das mulheres, como é o caso do investimento efetivo em uma carreira profissional, levando-as a buscar formas conciliatórias, nem sempre eficazes e plenamente alcançadas, para tentar levar a cabo estas duas “prioridades” de sua vida agora, a família e a carreira. Assim, algumas questões se levantam no momento atual: Quais são os significados da maternidade na vida cotidiana de mulheres com uma carreira profissional? Como ela pode encaixar a maternidade em sua vida? Quais os caminhos e soluções por elas buscados e alcançados para exercer a maternidade, de modo a que esta seja mais prazerosa e gratificante tanto para ela própria quanto para suas crianças? Como ela tenta conciliar a maternidade com sua carreira profissional e que concessões ela está aberta a fazer em uma ou outra área para melhor lidar com este duplo papel? Para responder a

algumas dessas questões, entrevistamos 20 mulheres cariocas com uma carreira profissional bem encaminhada, com idades entre 30 e 40 anos e com filho na faixa dos 6 meses aos 3 anos de idade. As entrevistas tiveram uma estruturação invisível e foram gravadas. Os textos resultantes da transcrição dessas entrevistas estão sendo submetidos a uma análise de discurso (Rocha-Coutinho, 1998). Neste trabalho estaremos apresentando os resultados relativos à análise das categorias “Visão de Maternidade” e “Visão de Paternidade” para as mulheres entrevistadas.

R074 Violência simbólica e as novas organizações familiares

Paulo Roberto Ceccarelli (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Para Piera Aulagnier, o que inaugura o psiquismo é o encontro entre as produções da psique materna e o corpo do recém-nascido. Estas produções psíquicas, entretanto, antecedem o nascimento do bebê pois no discurso materno a criança por vir é sempre uma criança imaginada, dotada das características que povoam o imaginário biparental. Cabe, também, à mãe o papel de intérprete entre o mundo exterior e a criança. Opera-se, desta forma, aquilo que esta autora chama de “violência primária”: uma violência (da interpretação) necessária para que a criança tenha acesso à ordem do humano. Ao mesmo tempo, a ordem simbólica à qual a criança é introduzida a partir desta violência primária varia segundo o imaginário da cultura onde a criança está inserida. Este movimento gera aquilo que Pierre Bourdieu denomina de “violência simbólica”. Os debates, cada vez mais frequentes, em torno das novas organizações familiares tendem, em grande medida, justificar seus argumentos como se a organização simbólica da nossa cultura fosse algo “natural” e imutável, utilizando, inclusive, pressupostos psicanalíticos para sustentar a “violência simbólica”. Pretende-se, neste texto, discutir em que medida estas novas organizações ameaçam a ordem simbólica vigente ao questionarem profunda e radicalmente os pressupostos teórico-clínicos que a sustentam.

R075 Família e relação: uma leitura a partir de Espinosa

Roberta Carvalho Romagnoli (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Esse estudo pretende rastrear o conceito de relação nas diferentes abordagens da terapia familiar, acrescentando a leitura deleuziana do conceito na obra de Espinosa. Vale lembrar que a relação familiar seja oriunda de uma estrutura familiar desejante, seja advinda do padrão de interação do grupo, seja entendida como construtora de contextos recursivos, é essencial nessa prática clínica. A Psicanálise enfatiza a subjetividade como produto da estrutura edípica. Nesse sentido, a criança, ao ser amparada por uma família, imaginária ou não, é a manifestação dessa relação, estruturando-se psiquicamente pelas funções parentais. Assim, o sujeito é efeito de uma rede, da relação desejante inconsciente, enquanto ocupante de um lugar no desejo de cada um dos pais, dependendo, para se constituir, do contato com outro sujeito. Nesse sentido, o sintoma da criança é também sintoma de uma estrutura familiar, fruto da dinâmica

pulsional da família, que a clínica tenta apreender através da palavra. Por outro lado, para a teoria sistêmica, a família é um sistema que embora mantenha relações com o meio, possui operações relativamente fechadas, pois o trânsito da informação se dá prioritariamente entre seus membros, sendo que é esse circuito que determina o padrão de interação da família. O sintoma é sempre uma disfunção que tem origem em alguma perturbação que ameaça a homeostase familiar. A relação do grupo determina o funcionamento da família como um todo e indica a necessidade ou não de mudanças na interação familiar. Mudança aqui tem o significado de reorganização interativa via alteração do padrão de comunicação, para que não seja mais necessária a produção do sintoma para a sobrevivência do grupo. Baseando-se nos Novos Paradigmas, os sistemas em não-equilíbrio passam a fundamentar outras propostas no campo da terapia familiar. Esse movimento é caracterizado pela ênfase na recursividade, pelo afastamento da pretensão de objetividade em favor da intersubjetividade e pelo reconhecimento do acaso e da auto-organização. Nesse contexto, o território familiar torna-se resultado das experiências de seus membros em relação recursiva. Experiências estas que sustentam modos de percepção do mundo, em que são construídas realidades, formas de se organizar, que permitem a emergência de sujeitos, crenças e sintomas. O sistema terapêutico passa a ser um sistema autopoietico, em que o terapeuta constrói e é construído pela família, situando-se como co-construtor de realidades, nas quais o sintoma, não esteja presente. Todas essas leituras desenvolvem, no entender de Gilles Deleuze, um tratamento de interioridade, ao tentar explicar a mediante os modelos propostos. Utilizando um raciocínio de exterioridade, fundamentado nas idéias de Espinosa, este afirma que a relação familiar molda maneiras de expressão, conectando as partes de cada um e as partes do grupo, potencializando ou minando o grupo. A subjetividade é definida pelas relações que estabelecemos, uma vez que existimos em nossos encontros, em nossos agenciamentos. A subjetividade toma-se processualidade, aberta a agenciamentos, imanente a um campo social povoado de entidades incorporais, situações, acontecimentos. É no jogo das forças ativas e das forças passivas que a família se engendra, abre-se para conexões ou fecha-se para a circulação da vida.

R076 Pensando a relação de trabalho entre adolescentes e família

Teresa Cristina O. C. Carreiro (Universidade Federal Fluminense)

Este trabalho se inscreve no âmbito de uma pesquisa, com subvenção do CNPq, que tem por propósito investigar o imaginário do trabalho nos jovens que vivem em contextos marcados por grandes desfiliações sociais. Em pesquisas anteriores, temos percebido que para grande parte destes jovens as construções do imaginário do trabalho se dão, em um primeiro tempo, de modo bastante idealizado. Aqui as profissões que têm um apelo midiático são altamente enfatizadas, tais como cantor (a), ator (a), Disk jockey, etc. Em um segundo momento, quando o jovem tem de se direcionar para o mercado de trabalho, geralmente ocorre uma grande cisão entre a idealização anterior e a realidade.

Pode-se dizer que, em grande parte das vezes, o jovem é jogado no mercado de trabalho, formal ou informal. Nosso trabalho procura inicialmente fazer uma discussão sobre a sociedade contemporânea e as oportunidades que são dadas aos jovens, as formas de trabalho que estão ao seu alcance, para, em um segundo tempo, relacionar às construções de trabalho dos responsáveis seus desejos e inquietações. O nosso objetivo é estudar a construção do imaginário de trabalho nos jovens articulando fatores familiares e sociais.

R077 Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal

Terezinha Fêres-Carneiro (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Neste estudo, que se insere no conjunto de pesquisas que vimos desenvolvendo sobre casamento, separação e terapia de casal, apoiadas pelo CNPq, pretendemos dirigir nosso foco para aqueles que ainda não se casaram, investigando o lugar que o laço conjugal ocupa hoje no projeto de vida de adultos jovens. Teremos como objetivo principal investigar as relações existentes entre a conjugalidade dos pais, tal como percebida pelos filhos, e as concepções, motivações, mitos e expectativas que estes possuem em relação ao laço conjugal. Pretendemos ainda comparar as vivências masculinas e femininas. Adotaremos uma ótica transdisciplinar articulando os saberes da sociologia, da antropologia, da psicologia social e da psicanálise de família e casal. Na discussão sobre a constituição do laço conjugal contemporâneo, vamos-nos deter nos argumentos de Berger & Kellner (1970) sobre a função nômica do casamento, assim como nos estudos de Giddens (1992) sobre as transformações da intimidade e sobre a formulação dos conceitos de relacionamento puro e de amor confluyente. No estudo sobre as influências das famílias de origem na constituição da subjetividade do sujeito, discutiremos, a partir das postulações da psicanálise de família e casal, a fundação do laço conjugal na trama familiar inconsciente dos cônjuges (Willi, 1978; Lemaire, 1988) e a importância do casal parental na configuração do sentido de identidade sexual dos filhos (McDougall, 1993). Lançaremos mão do conceito de transmissão psíquica geracional (Kaes, 1993; Tisseron, 1996; Granjon, 2000; Benghozi, 2000) e relacionaremos ainda a tal conceito as noções de romance familiar e genealogia (Gaulejac, 1999; Carreiro, 2001). Para atingir os objetivos propostos, estamos desenvolvendo esta investigação em duas etapas, utilizando para isto uma metodologia quanti-qualitativa. Na primeira etapa, realizamos uma pesquisa quantitativa de levantamento, com 200 adultos jovens solteiros, com idades entre 20 e 30 anos, das camadas média e média-alta da população carioca. Nesta etapa, ora em andamento, estamos avaliando a situação conjugal dos pais (casados, separados, ambos recasados, pai recasado, mãe recasada), através da "FAB - Ficha de Avaliação Biográfica", e a percepção dos filhos quanto à relação conjugal dos pais, através do "QCP - Questionário sobre a Conjugalidade dos Pais", considerando os dois extremos (muito satisfatória e muito insatisfatória) de uma escala do tipo Likert de cinco pontos. A combinação destas avaliações resultará na formação de 10 grupos de sujeitos. Para a análise dos dados utilizaremos uma estatística descritiva. Na segunda etapa da investigação,

realizaremos um Estudo de Casos Múltiplos, tal como proposto por Stake (1994), utilizando entrevistas. Para a avaliação dos dados obtidos através das entrevistas, as transcrições das mesmas serão submetidas a uma análise de discurso, tal como proposto por Bardin (1967). No momento seguinte, analisaremos caso a caso, as relações existentes entre as análises das entrevistas (2ª etapa da investigação) e as avaliações sobre a conjugalidade dos pais (1ª etapa da investigação).

R078 Da solidão à solidariedade: grupos de familiares de pacientes idosos com demência

Vera Lúcia Decnop Coelho; Gláucia Ribeiro Starling Diniz (Universidade de Brasília)

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que exige atenção de diferentes setores da sociedade. O aumento do número de idosos no Brasil traz à comunidade científica e à Psicologia, em particular, inúmeros desafios. A investigação sobre esta etapa da vida humana é fundamental para a definição de estratégias de assistência à saúde e para uma velhice digna. O envelhecimento é frequentemente associado a doenças crônicas, físicas e mentais. Dentre essas, as demências constituem uma realidade na terceira idade, gerando limitações significativas na capacidade funcional e na qualidade de vida de pacientes. Parte-se do pressuposto de que as demências afetam não apenas o paciente, mas a toda sua família. Como parte da proposta de assistência multidisciplinar e de pesquisa do Centro de Medicina do Idoso do Hospital Universitário de Brasília, a equipe de Psicologia Clínica vem realizando, desde fevereiro de 2003, grupos com familiares e cuidadores de idosos com diagnóstico de demências, em especial, doença de Alzheimer. Os grupos têm um caráter breve e focal. Discutem-se temas sugeridos pelos participantes ou propostos pelas coordenadoras, que atuam como facilitadoras do encontro grupal. O relato de experiências é incentivado, contribuindo para a constituição de uma rede de apoio. Esposas (os) e filhas (os), familiares que tradicionalmente mais se responsabilizam pelo cuidado aos idosos, são os principais membros dos grupos. Netas (os) e irmãos estão presentes em menor número. Dentre os temas discutidos nos encontros destacam-se: a aceitação da doença como irreversível e debilitante; o lidar com comportamentos "estranhos" do (a) paciente; a morte em vida; mudanças na personalidade do (a) idoso (a); a sobrecarga e o rodízio dos familiares; o autocuidado e direitos do familiar. Nos grupos realizados a mulher se destaca como a grande responsável pela assistência ao (à) idoso (a) portador (a) de demência, seja enquanto familiar – esposa e filha, primordialmente – seja enquanto cuidadora remunerada. Nossa experiência mostra que conhecer a história de vida familiar em situações de demência nos permite melhor compreender as dificuldades e conflitos que os membros da família muitas vezes enfrentam. A dinâmica grupal favorece que os participantes superem a solidão e sobrecarga que tão comumente caracterizam o cuidado na velhice e na doença crônica. Ao longo dos encontros, os participantes gradativamente assumem seu potencial terapêutico, sendo, portanto, cuidadores e cuidados no grupo. As experiências compartilhadas tornam-se fonte de aprendizagem, qualificando os recursos pessoais para o enfrentamento do quadro demencial e de suas consequências.

COMPORTAMENTO POLÍTICO

Coordenação: SALVADOR A.M. SANDOVAL

Ana Raquel Rosas Torres (UCG)
 Celso Zonta (UNESP-Bauru)
 Cornelis Johannes Van Stralen (UFMG)
 José Bastos da Costa (UFPB)
 Leoncio Camino (UFPB)
 Lucia Rabello de Castro (UFRJ)
 Pedro H. Faria Campos (UCG)
 Salvador A. M. Sandoval (PUC-SP)

R079 Homossexualidade, união civil e adoção de crianças: uma análise a partir das normas sociais

Ana Raquel Rosas Torres; Luciene C. Falcão; Ana Carolina M. Ribeiro; Daniela C. de Faria (Universidade Católica de Goiás)

No Brasil, adoção por casais homossexuais ainda encontra grandes empecilhos legais e, principalmente, sociais. Assim, o objetivo deste trabalho foi investigar as relações existentes entre as representações sociais sobre a homossexualidade e a união civil e a aceitação da adoção de crianças por casais homossexuais. Para tanto, 300 estudantes concluintes dos cursos de direito, psicologia e serviço social de uma universidade particular da cidade de Goiânia responderam a um questionário que investigava as representações sociais sobre união civil, homossexualidade (Lacerda e cols., 2002) e criação de filhos. A escolha desses cursos deveu-se ao fato que são esses profissionais que participam ativamente dos processos de adoção no Brasil. Os resultados indicam que os participantes que explicam a homossexualidade como não sendo nem distúrbio nem doença mas como sendo apenas parte da identidade do sujeito são aqueles que mais aceitam a adoção por casais homossexuais. As mulheres e os participantes que se declaram católicos também estão entre os participantes que não vêem problemas nesta adoção. Por outro lado, os participantes que explicaram a homossexualidade em termos de comportamentos imorais ou como sendo fruto de problemas sofridos na infância são aqueles que consideram errado a adoção por casais homossexuais. Finalmente, os resultados permitiriam classificar os estudantes em três grupos de indivíduos: preconceituosos flagrantes, preconceituosos sutis e não preconceituosos (Pettigrew & Meertens, 1995). O grupo mais representativo era composto por preconceituosos flagrantes, corroborando com o fato do Brasil apresentar índices muito elevados de discriminação contra homossexuais (Mott, 2003). Esses resultados são discutidos enfatizando a importância da inclusão de tópicos sobre a tolerância com as minorias sociais na educação da população.

R080 Relações entre preferência partidária e voto – um estudo a partir da análise das representações sociais

Celso Zonta (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Bauru)

Com o objetivo de analisar as relações existentes entre a simpatia partidária e escolha de candidato nas eleições Presidenciais do ano de 2002, foram entrevistados 422 sujeitos, divididos por cotas de sexo e idade, em 11 regiões